

---

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Conselheiros da  
**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**  
Porto Feliz - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, que descreve os ajustes de exercícios anteriores realizados no exercício de 2022, onde foi alterado a estimativa quanto a Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas, sendo observado a NBC TG 23, que trata sobre as Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

### **Continuidade operacional**

Sem ressaltar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou superávit líquido de R\$ 374mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e naquela data o Passivo Circulante excedia seu Ativo Circulante em R\$ 7.435mil e, seu Passivo total excedia o Ativo total em R\$ 6.928mil, que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo. Esses fatores podem levantar dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades.

## **Outros assuntos**

- **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentada para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório, datado de 31 de maio de 2022 continha ênfase sobre o Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo de R\$ 16.163mil. Nossa opinião não foi ressalvada em relação a esse assunto.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Sorocaba (SP), 30 de junho de 2023.**

**ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA  
CRC2SP035035/O-0**

**Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato  
Contadora-CRC1SP297849/O-9  
Registro no CNAI nº 6.224 de 18/11/2019**

**Antonio Carlos Rubinato  
Contador - CRC1SP111745/O-5  
Registro IBRACON nº 5.092 de 23/08/2016**

**IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**Balanço Patrimonial**

**31 de dezembro de 2022 e 2021**

**(Em milhares de reais)**

**ATIVO**

	<b>NOTA</b>	<b>31/dez/2022</b>	<b>31/dez/2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	224	599
Adiantamentos a funcionários	5	-	101
Estoque de medicamentos e insumos	6	1.580	1.596
Depósitos judiciais	5	25	25
Clientes e convênios a receber	5	233	154
Despesas diferidas	7	-	12
		<b>2.062</b>	<b>2.487</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
<b>Valores à Receber</b>			
Ação judicial a receber	8	1.889	1.889
		<b>1.889</b>	<b>1.889</b>
<b>Investimentos</b>			
Títulos de capitalização	-	55	43
		<b>55</b>	<b>43</b>
<b>Imobilizado</b>			
<b>Imóveis de uso próprio</b>			
Terrenos	9	1.269	1.269
Edificações	9	2.692	2.692
<b>Imobilizado de uso próprio</b>			
Hospitales	9	4.557	4.279
Não hospitalares	9	941	941
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Imóveis de uso próprio	9	(741)	(676)
Imobilizado de uso próprio	9	(2.879)	(2.511)
		<b>5.839</b>	<b>5.994</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.845</b>	<b>10.413</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ**

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL**

	<b>NOTA</b>	<b>31/dez/2022</b>	<b>31/dez/2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	772	1.095
Obrigações com pessoal	11	2.860	2.492
Férias e encargos sociais a pagar	11	5.431	4.945
Obrigações Tributárias	12	434	473
		<b>9.497</b>	<b>9.005</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Provisões</b>			
Provisão para contingências – ações	15	4.534	13.614
		<b>4.534</b>	<b>13.614</b>
<b>Empréstimos de longo prazo</b>			
Empréstimos nacionais	13	906	1.128
		<b>906</b>	<b>1.128</b>
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>			
Parcelamentos de tributos e contribuições	14	1.838	2.829
		<b>1.838</b>	<b>2.829</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / SOCIAL</b>			
Patrimônio social	16	562	562
Ajustes de avaliação patrimonial	16	3.011	3.011
(-) Amortização da avaliação patrimonial	16	(13)	(13)
Resultados acumulados	16	(16.341)	(16.341)
Ajustes de exercícios anteriores	16	8.860	-
Resultado de 31.12.2021	16	(3.382)	(3.382)
Resultado de 31.12.2022	16	374	-
		<b>(6.928)</b>	<b>(16.163)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9.845</b>	<b>10.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**Demonstração do Resultado**

**31 de dezembro de 2022 e 2021**

**(Em milhares de reais)**

	<b>NOTA</b>	<b>31/dez/2022</b>	<b>31/dez/2021</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			
Repasses – Pronto socorro	18	41.092	36.902
Repasses – Programa saúde da família	18	10.440	11.198
Repasses – Contratualização SUS	17	1.605	2.600
Contrato – prefeitura	18	2.400	4.369
Convênios e particulares	17	5.426	7.136
Fundo Nacional de Saúde	18	-	500
Doações e subvenções	18	197	304
Isenções INSS cota patronal	18	4.678	4.466
		<b>65.838</b>	<b>67.475</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Custos – Contrato prefeitura	19	(20.070)	(18.216)
Custos – Pronto socorro	19	(21.558)	(23.572)
Custos – Programa saúde da família	19	(10.605)	(11.173)
Custos – Contrato SUS	19	(1.155)	(2.262)
Custos – Fundo Nacional de Saúde		(-)	(479)
Custos – Convênios e particulares	19	(4.689)	(5.730)
		<b>(58.077)</b>	<b>(61.432)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>7.761</b>	<b>6.043</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas administrativas	20	(2.708)	(4.259)
Despesas financeiras	21	(228)	(790)
Receitas financeiras	21	166	46
Receitas de alugueis	21	61	44
Isenções INSS cota patronal	18/22	(4.678)	(4.466)
		<b>(7.387)</b>	<b>(9.425)</b>
<b>RESULTADO SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO</b>		<b>374</b>	<b>(3.382)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

**31 de dezembro de 2022 e 2021**

**(Em milhares de reais)**

	<b>31/dez/2022</b>	<b>31/dez/2021</b>
Superávit / Déficit do exercício	374	(3.382)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
(-)Amortização da avaliação patrimonial	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>374</b>	<b>(3.382)</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

**IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Social**

**31 de dezembro de 2022 e 2021**

**(Em milhares de reais)**

Descri�o	Patrimônio Social	Reservas	Déficits Acumulados	Patrimônio Social
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>562</b>	<b>42</b>	<b>(14.155)</b>	<b>(13.551)</b>
Ajustes de exercícios anteriores			248	248
Superávit líquido do período			242	242
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>562</b>	<b>42</b>	<b>(13.665)</b>	<b>(13.061)</b>
Reversão de reservas		(42)		(42)
Ajustes de exercícios anteriores			322	322
Déficit líquido do período			(3.382)	(3.382)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>562</b>	<b>-</b>	<b>(16.725)</b>	<b>(16.163)</b>
Ajuste de exercícios anteriores			8.860	8.860
Superávit líquido do período			374	374
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>562</b>	<b>-</b>	<b>(7.491)</b>	<b>(6.928)</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrac es financeiras.**

## IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Fluxo de Caixa

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/dez/2022</u>	<u>31/dez/2021</u>
<b>1- Das atividades operacionais:</b>		
<b>A – Provenientes das operações</b>		
Superávit/Déficit do exercício	374	(3.382)
Depreciações e amortizações	432	1.666
Baixa de reservas	-	(42)
Ajustes de exercícios anteriores	8.860	322
	<u><b>9.666</b></u>	<u><b>(1.436)</b></u>
<b>B – Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:</b>		
Estoques	16	110
Valores a receber	(79)	303
Adiantamentos a funcionários	101	(94)
Despesas diferidas	12	34
Fornecedores	(323)	(91)
Empréstimos de terceiros	(222)	161
Obrigações trabalhistas	(137)	1.389
Obrigações fiscais	(39)	435
Provisões de contingências	(9.080)	(136)
<b>(=) Total dos acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos</b>	<u><b>(9.801)</b></u>	<u><b>1.758</b></u>
<b>(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(85)</b>	<b>675</b>
<b>2- Das atividades de investimentos</b>		
Pela aquisição de equipamentos	(290)	(358)
<b>(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<u><b>(290)</b></u>	<u><b>(358)</b></u>
<b>3-Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(375)</b></u>	<u><b>317</b></u>
<b>4-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalente de caixa</b>	<u><b>(375)</b></u>	<u><b>317</b></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	599	282
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	224	599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)**

---

### **1. Contexto operacional**

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz**, fundada em 31 de março de 1907, considerada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 68.716 de 07 de junho de 1971; de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.598 de 11 de janeiro de 1965, e de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 1.715 de 03 de maio de 1968 uma sociedade civil de natureza e finalidade filantrópica de caráter geral, sem intuítos lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, sito à Rua Olavo Assumpção Fleury nº 101, e que tem por objeto: (a) praticar e desenvolver obras de misericórdia, (b) administrar, manter em funcionamento e desenvolver a Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz; (c) Administrar, manter e desenvolver outros estabelecimentos médico-hospitalares ou para-hospitalares, mediante convênio ou contrato ou que venha a criar, adquirir ou receber doações ou comodato e que se destinem à prestação de assistência médico-hospitalar a enfermos e acidentados.

Com mais de um século de existência, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz vem se destacando na atenção à saúde da população local e regional, não apenas por ser o único Hospital e Maternidade da cidade, mas pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, o que faz dela, referência na região.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz ocupa um grande quarteirão numa área total de 8.847 metros quadrados, sendo 2.965 metros quadrados de área construída. Possui 73 leitos, prestando atendimento em todas as especialidades médicas. Atende pacientes de Porto Feliz e outros municípios, predominantemente através do SUS.

A UTI, de 10 leitos, é referência local, assim como as cirurgias ortopédicas de média complexidade. O Hospital possui um moderno e bem equipado Centro Cirúrgico, onde são realizadas, em média, 100 cirurgias/mês.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 30 de junho de 2023. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

## **2.3 Moeda de apresentação funcional**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

## **2.5 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2022 são:

- (a) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações não relacionados com planos de assistência à saúde – nota 5;
- (b) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de bens e títulos a receber;
- (c) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota 9;
- (d) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- (e) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota 15.

## **3. Principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Débitos de operações de assistência à saúde; ii) Empréstimos e financiamentos a pagar; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

### **3.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

### 3.3 Créditos a receber

Os créditos de operações de assistência à saúde, são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Os saldos são substancialmente relativos a serviços prestados para convênios e para o SUS.

### 3.4 Estoque

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do “custo médio ponderado”. O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

### 3.5 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados sem contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

<b>Descrição</b>	<b>Taxa de depreciação</b>
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

### 3.6 *Impairment* de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença

### **3.7 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **3.8 Fornecedores e prestadores de serviço**

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável

### **3.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

#### **(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

#### **(ii) Passivos contingentes**

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

#### **(iii) Obrigações legais**

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### **3.11 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

### 3.12 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método indireto.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31.dez.2022	31.dez.2021
Caixa tesouraria	1	1
Bancos conta movimento	5	1
Aplicações financeiras (i)	218	597
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>599</b>

(i) As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

#### 5 Créditos a receber

Descrição	31.dez.2022	31.dez.2021
Bloqueios judiciais (i)	25	25
Adiantamentos a funcionários (ii)	-	101
Créditos a receber de convênios (iii)	233	154
<b>Total</b>	<b>258</b>	<b>280</b>

(i) Bloqueios judiciais em contas corrente por conta de ações judiciais.

(ii) Adiantamentos a funcionários para posterior desconto em folha de pagamento.

(iii) Contas a receber referente aos contratos de convênios firmados para atendimento.

#### 6 Estoques

Os estoques referem-se a medicamentos, materiais hospitalares e outros produtos utilizados pela Entidade, e estão avaliados pelo custo médio. Não há perdas estimadas.

Descrição	31.dez.2022	31.dez.2021
Medicamentos	333	484
Materiais hospitalares	849	803
Outros insumos e materiais	398	309
<b>Total</b>	<b>1.580</b>	<b>1.596</b>

#### 7 Despesas Diferidas

Descrição	31.dez.2022	31.dez.2021
Juros a vencer – parcelamento do FGTS	-	12
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>12</b>

## 8 Outros créditos a receber de longo prazo

Representam valores provenientes de direitos a receber, sobre o processo judicial nº 1002013-41.2016.8.26.0471.

Descrição	31.dez.2022	31.dez.2021
Ação judicial de cobrança a receber	1.889	1.889
<b>Total</b>	<b>1.889</b>	<b>1.889</b>

## 9 Imobilizado

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das reavaliações efetuadas:

### a-) Composição do saldo:

Descrição	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Liquido em 31.dez.2022	Liquido em 31.dez.2021
Edificações	2.692	(741)	1.951	2.015
Terrenos	1.269	-	1.269	1.269
Instalações	125	-	125	125
Equipamentos médicos	3.735	(1.979)	1.756	1.545
Equipamentos de informática	605	(240)	365	399
Equipamentos de segurança	12	(9)	3	5
Móveis e máquinas	941	(651)	290	556
Outras imobilizações	80	-	80	80
<b>Total</b>	<b>9.459</b>	<b>3.620</b>	<b>5.839</b>	<b>5.994</b>

### b-) Movimentação dos saldos:

Custo corrigido	Saldo em 31.dez.2021	Aquisições	Baixas	Liquido em 31.dez.2022
Edificações	2.692	-	-	2.692
Terrenos	1.269	-	-	1.269
Instalações	125	-	-	125
Equipamentos médicos	3.457	278	-	3.735
Equipamentos de informática	605	-	-	605
Equipamentos de segurança	12	-	-	12
Móveis e máquinas	941	-	-	941
Outras imobilizações	80	-	-	80
	<b>9.181</b>	<b>278</b>	<b>-</b>	<b>9.459</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Edificações	(676)	(65)	-	(741)
Equipamentos médicos	(1.724)	(152)	-	(1.876)
Equipamentos de informática	(207)	(33)	-	(240)
Equipamentos de segurança	(8)	(1)	-	(9)
Móveis e máquinas	(572)	(182)	-	(754)
	<b>(3.187)</b>	<b>(433)</b>		<b>(3.620)</b>
<b>Total</b>	<b>5.994</b>	<b>(155)</b>		<b>5.839</b>

A Administração da Entidade revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e através de Laudo de Avaliação emitido em julho/2019, levou a efeito a sua reavaliação (*impairment*), e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas.

## 10 Fornecedores

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documento contábilhável respeitando o período de competência. A Entidade continua dificuldades, porém cumprindo integralmente com suas obrigações. Os serviços prestados por terceiros (pessoa física ou jurídica) foram apropriados com base nos relatórios de produção e documentos fiscais.

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Fornecedores de materiais e insumos	537	712
Prestadores de serviços	235	383
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>1.095</b>

### a-) Composição por idade de vencimentos:

<b>Modalidade</b>	<b>31.dez.2022</b>		<b>31.dez.2021</b>	
	<b>Materiais</b>	<b>Serviços</b>	<b>Materiais</b>	<b>Serviços</b>
Vencidos	11	-	9	-
À vencer em até 30 dias	269	235	349	383
A vencer de 31 a 60 dias	188	-	257	-
A vencer de 61 a 90 dias	64	-	88	-
A vencer de 91 a 120 dias	5	-	9	-
<b>Total</b>	<b>537</b>	<b>235</b>	<b>712</b>	<b>383</b>

## 11 Salários, encargos sociais e contribuições

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Salários a pagar	1.349	1.238
Pensão alimentícia a pagar	3	2
Rescisões a pagar	-	2
INSS a recolher	460	362
FGTS a recolher	668	553
Férias e encargos a pagar	5.431	4.945
Consignado a pagar	32	-
<b>Total</b>	<b>7.943</b>	<b>7.102</b>

## 12 Obrigações fiscais (impostos retidos)

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
IRRF – código 0588	1	1
IRRF – código 1708	156	163
IRRF – código 0561	332	318
PIS – folha	17	54
ISSQN retido	2	1
Pis/Cofins/Csll retidos	275	269
<b>Total</b>	<b>783</b>	<b>806</b>



### 13 Empréstimos e financiamentos (longo prazo)

Os empréstimos bancários, com registro no exigível a curto prazo, constituem em valor tomados junto as instituições financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros, deduzido das respectivas amortizações até a data do balanço.

<b>Descrição</b>	<b>Taxa Juros % a.m.</b>	<b>Parcelas a Pagar</b>	<b>Liquido em 31.dez.2022</b>	<b>Liquido em 31.dez.2021</b>
CEF – 25.4287.610.000003-65	1,19 a.m.	47	906	1.128
<b>Total</b>		<b>47</b>	<b>906</b>	<b>1.128</b>

As garantias dos empréstimos tomados pela Entidade, junto a Caixa Econômica Federal, são os recebíveis do convênio SUS.

### 14 – Parcelamento de encargos federais (longo prazo)

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Parcelamento Refis – Pis/Imposto renda	-	2
Parcelamento FGTS – (240 parcelas)	203	494
Parcelamento Não Previdenciário – 84 parcelas.	-	246
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	135	210
Parcelamento Previdenciário – 84 parcelas	115	383
Parcelamento Previdenciário – 60 parcelas	221	261
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	139	184
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	447	555
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	434	494
Parcelamento	144	-
<b>Total</b>	<b>1.838</b>	<b>2.829</b>

### 15 Provisão de contingências (longo prazo)

De acordo com entendimento da Administração apoiada na assessoria da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz sobre os processos em andamento, algumas ações não procedem, portanto, existe a possibilidade de sentenças favoráveis ao hospital. Outras ações caso forem perdidas, podem ocorrer em montantes inferiores aos valores reclamados. Na maioria, em razão da morosidade processual o desfecho da sentença será de longo prazo. Em face do exposto, somente foram provisionadas as contingências passivas de perdas prováveis, decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores estimados das contingências, dessa forma foram apresentados:

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Processos cíveis	1.590	1.706
Processos trabalhistas	2.944	11.908
<b>Total</b>	<b>4.534</b>	<b>13.614</b>

## 16 Patrimônio líquido

### a- Patrimônio social

Constituído pela adoção inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 o Patrimônio Social apresentava-se negativo no montante de (R\$ 6.928mil), e em 31 de dezembro de 2021, negativo em (R\$ 16.163mil).

### b- Superávit apurado

O superávit apurado em 2022 é de R\$ 374mil, e deve ser destinado ao patrimônio social após aprovação dessas demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária.

## 17 Receitas de serviços hospitalares

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Receitas de serviços SUS (i)	1.605	2.600
Convênios e particulares (ii)	5.426	7.136
<b>Total</b>	<b>7.031</b>	<b>9.736</b>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividades de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

## 18 Subvenções, doações e outras receitas

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Subvenção Municipal (i)	51.032	52.469
Fundo Nacional de Saúde	-	500
Convênio – Recurso Federal	2.900	-
Doações (ii)	197	304
Inss – Isenção cota patronal	4.678	4.466
<b>Total</b>	<b>58.807</b>	<b>57.739</b>

(i) Faturamentos do pronto socorro e programa saúde da família.

(ii) Representando doações de medicamentos e insumos e de particulares.

## 19 Custeio hospitalar

São os gastos provenientes de convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz, bem como dos gastos com os convênios particulares, para a operacionalização dos projetos e atividades pré-determinada.

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Custeio do pronto socorro	(21.558)	(23.571)
Custeio do contrato municipal	(20.070)	(18.217)
Custeio do programa saúde da família	(10.605)	(11.173)
Fundo Nacional de Saúde	(-)	(479)
Custeio da contratualização SUS	(1.155)	(2.262)
Custeio dos convênios particulares	(4.689)	(5.730)
<b>Total</b>	<b>(58.077)</b>	<b>(61.432)</b>

## 20 Custos administrativos e gerais

São gastos provenientes de despesas gerais, impostos e contribuições, encargos de depreciação efetivados na operacionalização da Entidade.

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
Despesas gerais e administrativas	(2.176)	(2.462)
Impostos e contribuições	(100)	(131)
Encargos de depreciação	(432)	(1.666)
Inss – cota patronal	(4.678)	(4.466)
<b>Total</b>	<b>(7.386)</b>	<b>(8.725)</b>

## 21 Resultado financeiro líquido

<b>Descrição</b>	<b>31.dez.2022</b>	<b>31.dez.2021</b>
<b>Ingressos financeiros</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	132	25
Juros ativos/descontos obtidos	34	21
Aluguéis e arrendamentos	61	44
	<b>227</b>	<b>90</b>
<b>Dispêndios financeiros</b>		
Juros passivos/descontos concedidos	(193)	(399)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(8)	(347)
Despesas bancárias	(27)	(44)
	<b>(228)</b>	<b>(790)</b>
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>(700)</b>

## 22 – Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

<b>Mes de Competência</b>	<b>Base de Calculo</b>	<b>Empregador 20%</b>	<b>Outros 7,8%</b>	<b>31.dez.2022 Total</b>	<b>31.dez.2021 Total</b>
Janeiro	1.375	275	108	383	368
Fevereiro	1.367	273	107	380	361
Março	1.306	261	102	363	367
Abril	1.403	281	109	390	394
Maiο	1.399	280	109	389	394
Junho	1.360	272	106	378	388
Julho	1.593	320	124	444	399
Agosto	1.403	281	109	390	367
Setembro	1.370	274	107	381	367
Outubro	1.432	286	112	398	355
Novembro	1.432	286	112	398	363
Dezembro	1.381	276	108	384	343
<b>Total</b>	<b>16.821</b>	<b>3.365</b>	<b>1.313</b>	<b>4.678</b>	<b>4.466</b>

### 23 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sócias, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda, e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral 5 anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

### 24 Passivo a descoberto e plano de recuperação

As demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz continuam apresentando deficiência de capital de giro, sendo que os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11.345, e os valores transferidos para o Exigível a Longo Prazo, e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais:

a-) Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e continuidade do hospital;

b-) Redução do quadro de funcionários com aprimoramento e distribuição dos remanescentes aos setores competentes, procurando melhorar a eficiência, dinamizar os serviços e redução de custos;

- c-) Obtenção junto ao poder público de mais recursos para cobertura dos déficits;
- d-) Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em geral;
- e-) A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável, sobre ações em fase de conclusão e que podem minimizar positivamente o quadro deficitário atual

## 25 Atendimentos

Com observância ao disposto pelo artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, e ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, a Entidade ofertou ao gestor local do SUS, através de ofício protocolado, a prestação de seus serviços no percentual mínimo de 70% para o exercício de 2022. A Irmandade da Santa Casa é hospital de referência da Secretária de Saúde do Município para internações hospitalares. O volume de internações processadas no exercício de 2022 está demonstrado nos quadros abaixo:

INTERNAÇÃO				
Mês	SUS		NÃO SUS	
	Quantidade	% de Internação	Quantidade	% de Internação
Janeiro	210	80%	53	20%
Fevereiro	241	91%	25	19%
Março	203	83%	41	17%
Abril	249	86%	41	14%
Maio	280	83%	57	17%
Junho	219	86%	34	14%
Julho	211	85%	38	15%
Agosto	221	81%	51	19%
Setembro	207	79%	54	21%
Outubro	228	77%	69	23%
Novembro	190	79%	51	23%
Dezembro	16	25%	48	75%
<b>TOTAL</b>	<b>2.475</b>	<b>81%</b>	<b>562</b>	<b>19%</b>

PRONTO SOCORRO				
Mês	SUS		NÃO SUS	
	Quantidade	% de Internação	Quantidade	% de Internação
Janeiro	10.458	83%	2.090	17%
Fevereiro	7.082	84%	1.337	16%
Março	7.724	83%	1.565	17%
Abril	7.696	80%	1.929	20%
Maio	8.421	76%	2.673	24%
Junho	8.006	77%	2.384	23%
Julho	7.060	79%	1.849	21%
Agosto	7.410	79%	1.930	21%
Setembro	8.039	78%	2.315	22%
Outubro	7.668	78%	2.112	22%
Novembro	7.403	78%	2.077	22%
Dezembro	7.211	77%	2.088	23%
<b>TOTAL</b>	<b>94.178</b>	<b>79%</b>	<b>24.349</b>	<b>21%</b>

## 26 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

A Entidade protocolou em 09/03/2022, tempestivamente o seu requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme SEI nº 25000.033978/2022-01, o qual conforme declaração emitida pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde através do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, encontrava-se pendente de julgamento.

Diante disso a entidade, conforme Declaração do órgão regulador datada de 02/03/2023, teve o seu Certificado (SEI nº 25000.043857/2019-63), e sua vigência prorrogada por meio da Portaria SAES/MS nº 179 de 15/02/2023, e publicada no D.O.U. de 31/12/2022, para o período **de 05/04/2019 a 31/12/2023**, em observância ao disposto no artigo 40, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021 de 17 de dezembro de 2021.

## 27 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco no exercício.

## 28 Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores). Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

<b>Descrição dos lançamentos</b>	<b>Valor</b>
Saldo inicial	-
02.01.2022 – Ajustes na provisão de contingências	251
31.12.2022 – Ajustes na provisão de contingências	8.609
<b>Total</b>	<b>8.860</b>

## 29 Composição dos órgãos de Administração da Entidade

A Entidade contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

**Mesa Administrativa** – Constituída de 6 (seis) membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elaborar o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros da Mesa Administrativa não poderão ser nomeados para o Conselho Fiscal.

**Conselho Fiscal** – Órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, e é composto por 3 membros efetivos e outros 3 suplentes.

### 30 Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Entidade adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### 31 Aspectos ambientais

A Entidade está sujeita a regulamentação da ANVISA, em especial a RDC 306, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais com processos operacionais e contratação de serviços especializados para a destinação dos resíduos relacionados às atividades de assistência médico-hospitalar. A entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

### 32 Gestão de riscos

#### a- Fatores de risco financeiro

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e liquidez.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

#### b- Risco de crédito

Os riscos de crédito são medidos pela presença da situação de potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência de falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios.

A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos.

Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:

Descrição	Nota	31.dez.2022	31.dez.2021
Aplicações financeiras	4	224	599
Créditos de operações com convênios	5	233	154
Outros créditos a receber	5	-	101
<b>Total</b>	-	<b>457</b>	<b>854</b>

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

#### **c- Risco de liquidez**

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações encontram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. A Entidade está em processo de adequação de seus fluxos para geração de caixa sem prejuízo da continuidade de suas operações.

Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,49 e 0,16, respectivamente, indicando incerteza sobre a capacidade de liquidação da totalidade das obrigações de curto, médio e longo prazo com recursos próprios.

#### **d- Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

#### **e- Risco de taxa de juros**

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxa de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (empréstimos) estão indexadas a taxas fixas de 1,19% a.m.



### 33 Indicadores Financeiros, Endividamento e de Lucratividade

Abaixo, apresentamos o quadro com os indicadores Financeiros, Indicadores de Endividamento e indicadores de lucratividade, comparando os exercicios findos em 2022 e 2021:

INDICADORES FINANCEIROS, ENDIVIDAMENTO E LUCRATIVIDADE - CONSOLIDADO						
ÍNDICES			FORMULA	2022 REALIZADO	2021 REALIZADO	VARIAÇÃO %
DE LIQUIDEZ	Capital Circulante Líquido	CCL	AC-PC	(7.435)	(6.518)	(14,07%)
	Liquidez Geral	ILG	$\frac{AC+RLP}{PC+PCN}$	0,24	0,16	41,17%
	Liquidez Corrente	ILC	$\frac{AC}{PC}$	0,22	0,28	(21,43%)
	Liquidez Imediata	ILI	$\frac{\text{Disponível}}{PC}$	0,02	0,07	(71,42%)
	Líquides Seca	ILS	$\frac{AC-\text{Estoque}}{PC}$	0,05	0,10	(50,00%)
DE ENDIVIDAMENTO	Índice de Endividamento sobre o Patrimônio Líquido	IEPL	$\frac{PC+PCN}{PL}$	(2,42)	(1,65)	31,81%
	Índice de Endividamento Total	IEG	$\frac{PC+PCN}{AT}$	1,70	2,55	(33,34%)
DE LUCRATIVIDADE	Taxa de Retorno sobre o Ativo Total	TRA	$\frac{\text{Superávit}}{AT}$	0,04	(0,32)	(12,50%)
	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	TRPL	$\frac{\text{Superávit}}{PL}$	(0,05)	0,21	(23,81%)

### 34 Eventos subsequentes

A Entidade, até 30 de junho de 2023, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Maurício Estimo Michelin  
Diretor Presidente

Murilo Tassignon  
Contador-CRC1SP290222/O-0

---

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2022 e 31/12/2021**

**SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ**

---

**1) Índice de Liquidez Corrente**

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Portanto, quanto maior for o índice, melhor é a situação da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,71 e 2,00: Excelente.
- b) Entre 1,41 e 1,70: Adequado.
- c) Entre 1,11 e 1,40: Baixo.
- d) Entre 0,80 e 1,10: Péssima.

<b>Índice da Entidade</b>	
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>0,22</b>	<b>0,28</b>

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**2) Índice de Liquidez Seca**

Objetivo

Medir a capacidade da entidade de pagamento das dívidas na hipótese extrema de não conseguir vender o seu estoque. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 2,01 e 2,80: Excelente.
- b) Entre 1,41 e 2,00: Boa.
- c) Entre 1,01 e 1,40: Normal.
- d) Entre 0,60 e 1,00: Baixa.

<b>Índice da Entidade</b>	
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>0,02</b>	<b>0,07</b>

$$\frac{\text{DISPONIBILIDADES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2022 e 31/12/2021**

**SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ**

**3) Índice de Liquidez Geral**

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar suas dívidas a curto e longo prazos com recursos disponíveis em seu ativo circulante e longo prazo. Mede também a habilidade de pagar. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,61 e 1,80: Excelente (e ideal para iniciar um plano de expansão da entidade).
- b) Entre 1,31 e 1,60: Adequada.
- c) Entre 1,11 e 1,30: Baixa (mas adequada após um plano de expansão).
- d) Entre 0,81 e 1,10: Perigosa.
- e) Entre 0,60 e 0,80: Péssima

Índice da Entidade	
31/12/2022	31/12/2021
<b>0,24</b>	<b>0,16</b>

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REAL. L. PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIG. L. PRAZO}}$$

**4) Índice de Liquidez Imediata**

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em pagar suas dívidas com os recursos que são líquidos e certos, ou seja, dinheiro em caixa. Quanto maior for, melhor será a liquidez da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 0,21 e 0,26: Excelente.
- b) Entre 0,17 e 0,20: Boa.
- c) Entre 0,07 e 0,16: Normal.
- d) Entre 0,01 e 0,06: Baixa.

Índice da Entidade	
31/12/2022	31/12/2021
<b>0,02</b>	<b>0,07</b>

$$\frac{\text{DISPONIBILIDADES IMEDIATAS}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

---

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2022 e 31/12/2021**

**SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ**

---

**5) Índice de Margem de Garantia**

Objetivo

Avaliar se os ativos da entidade são suficientes para saldar os compromissos financeiros da empresa, na hipótese de liquidação total da mesma. Quanto maior, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 101 e 130%: Elevada.
- b) Entre 61 e 100%: Normal.
- c) Entre 10 e 60%: Mínima.

<b>Índice da Entidade</b>	
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>59%</b>	<b>39%</b>

$$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL LONGO PRAZO}}$$

**ENDIVIDAMENTO**

**1) Índice de Endividamento a Curto Prazo**

Objetivo

Medir a capacidade da entidade em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Portanto, quanto maior for o índice, pior é a situação da entidade.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 46 e 60%: Elevado.
- b) Entre 25 e 45%: Normal.
- c) Abaixo de 25%: Baixo.

<b>Índice da Entidade</b>	
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>96%</b>	<b>86%</b>

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2022 e 31/12/2021**

**SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ**

**3) Índice de Endividamento Geral**

Objetivo

Avaliar se a entidade está operando com dívidas de terceiros em demasia, bem como o nível de risco do negócio. Quanto maior o endividamento geral, maior o risco.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 71 e 100%: Elevado.
- b) Entre 51 e 70%: Normal.
- c) Entre 31 e 50%: Nível de Endividamento abaixo da média.
- d) Entre 0 e 30%: Nível de Endividamento baixo (que pode significar uma administração pouco dinâmica).

<b>Índice da Entidade</b>	
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>70%</b>	<b>155%</b>

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

**4) Índice de Capitalização**

Objetivo

Avaliar se a entidade possui recursos próprios suficientes para sua segurança financeira. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Acima de 71%: Nível excelente de capitalização.
- b) Entre 51 e 70%: Bom.
- c) Entre 30 e 50%: Regular.
- d) Abaixo de 30%: Nível baixo de capitalização.

<b>Índice da Entidade</b>	
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>(70%)</b>	<b>(155%)</b>

$$\frac{\text{PATRIMÔNIO SOCIAL}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

---

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 31/12/2019 e 31/12/2018**

**SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ**

---

**5) Índice de Investimentos do Patrimônio Social**

Objetivo

Indica o volume de recursos do Patrimônio Social que estão aplicados no Ativo Permanente.

<b>Índice da Entidade</b>	
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>(84%)</b>	<b>(37%)</b>

ATIVO PERMANENTE

---

PATRIMÔNIO SOCIAL

**OBSERVAÇÕES:** Lembramos que os parâmetros de avaliação, são meramente didáticos, e podem estar fora da realidade do mercado brasileiro, principalmente quando devem ser comparados com os índices de cada setor específico da economia nacional.

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

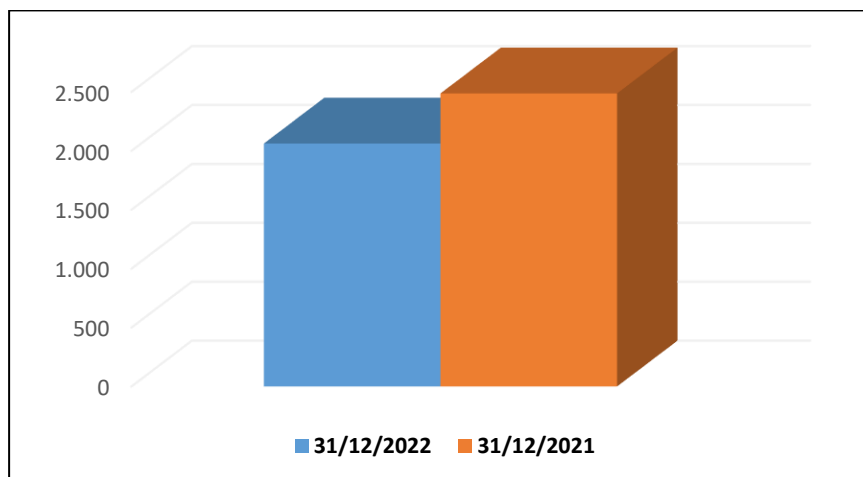
**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**Período Base: 31/12/2022**

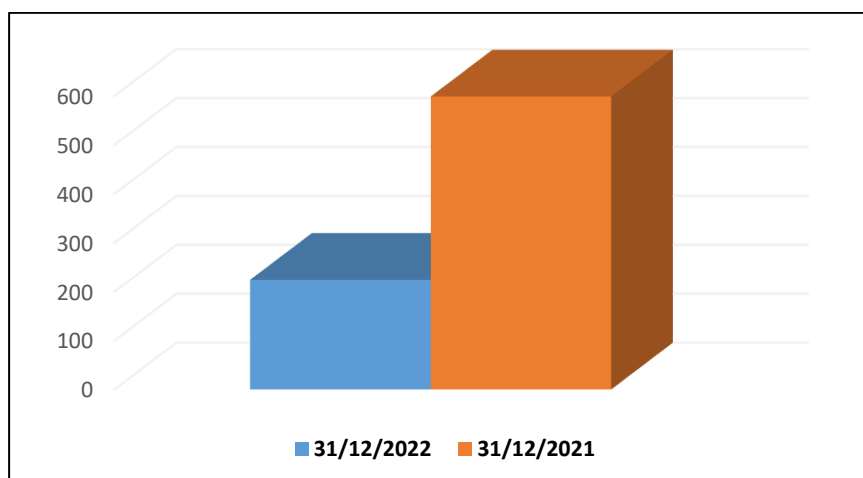
**Comparativo: 31/12/2021**

**EVOLUÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE**



Valores em Milhares de Reais	
31/12/2022	31/12/2021
2.062	2.487

**EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES IMEDIATAS**



Valores em Milhares de Reais	
31/12/2022	31/12/2021
224	599

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

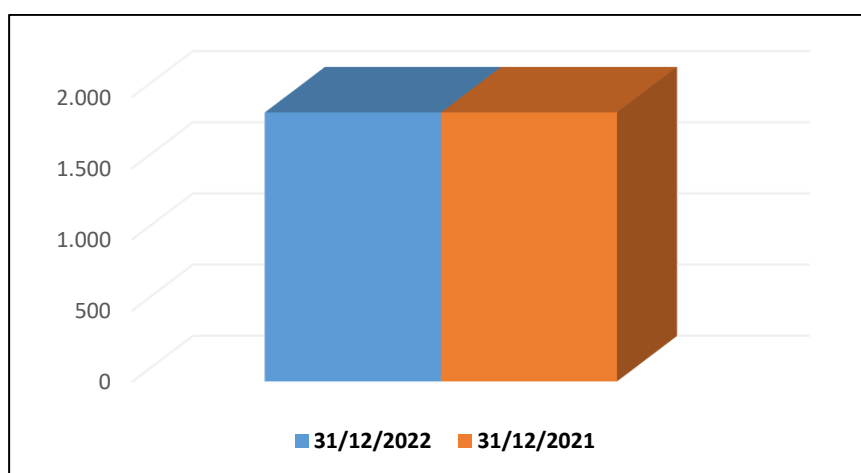
**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**Período Base: 31/12/2022**

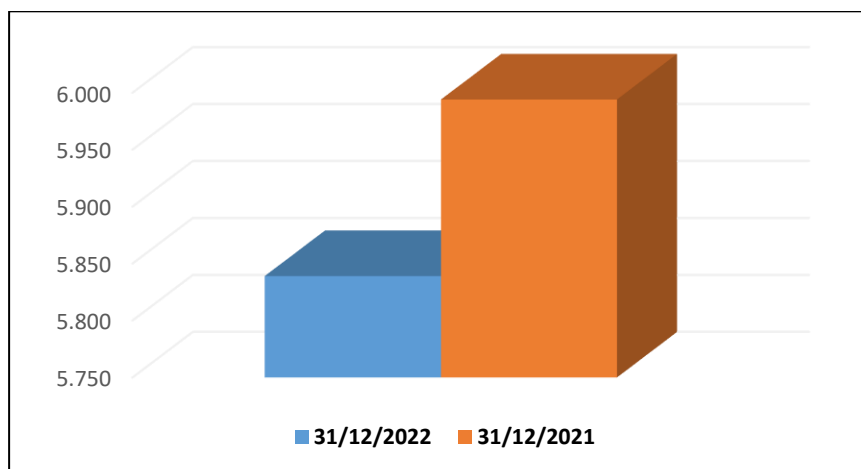
**Comparativo: 31/12/2021**

**EVOLUÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE**



Valores em Milhares de Reais	
31/12/2022	31/12/2021
1.889	1.889

**EVOLUÇÃO DO ATIVO PERMANENTE**



Valores em Milhares de Reais	
31/12/2022	31/12/2021
5.839	5.994



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

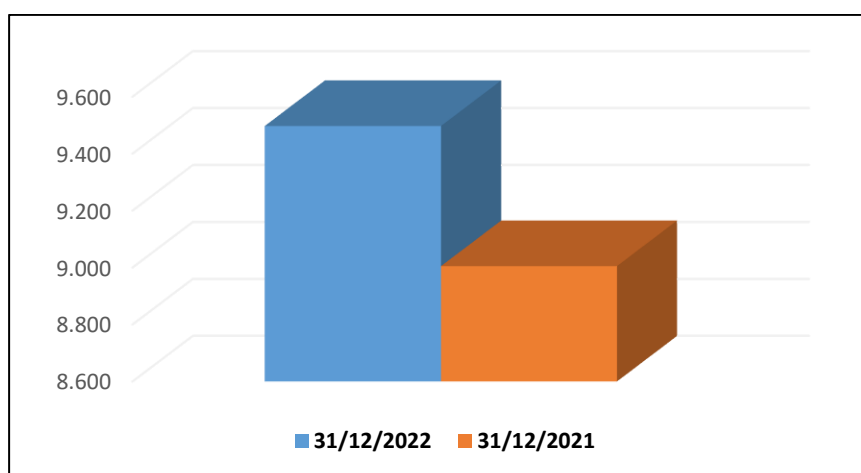
**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**Período Base: 31/12/2022**

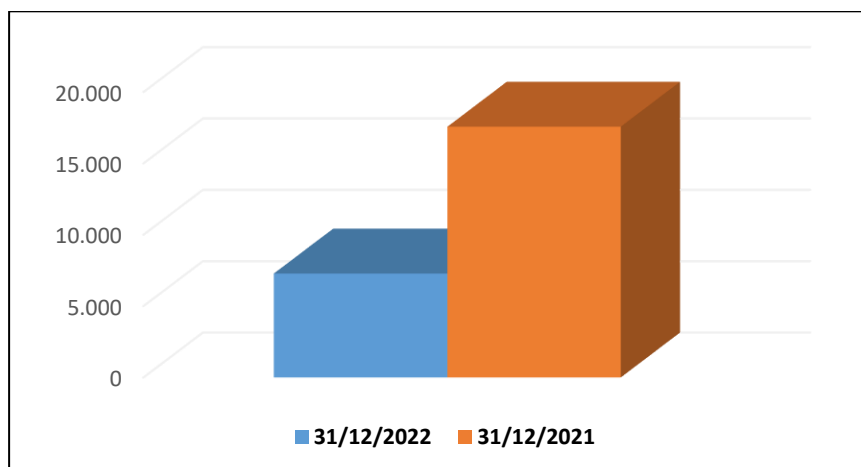
**Comparativo: 31/12/2021**

**EVOLUÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE**



Valores em Milhares de Reais	
31/12/2022	31/12/2021
9.497	9.005

**EVOLUÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE**



Valores em Milhares de Reais	
31/12/2022	31/12/2021
17.629.812	15.940.860

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

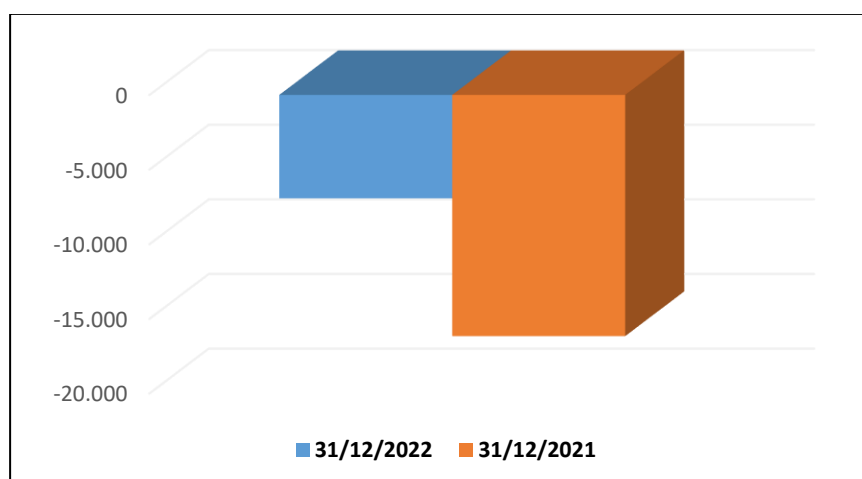
**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

**ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**Período Base: 31/12/2022**

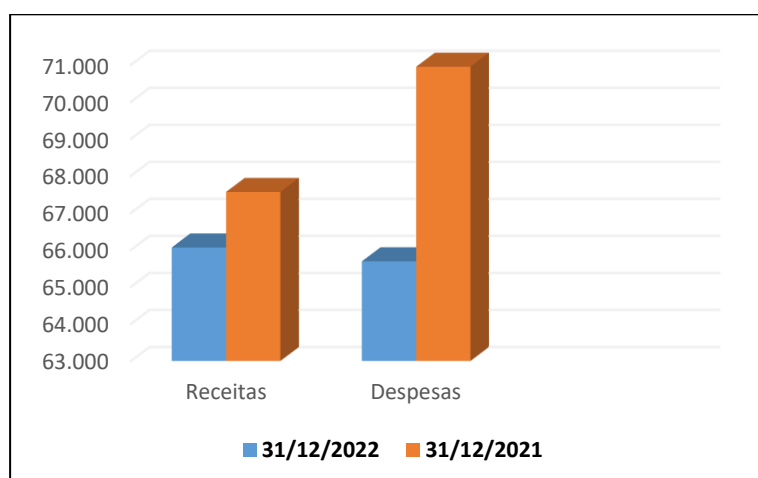
**Comparativo: 31/12/2021**

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL**



Valores em Milhares de Reais	
31/12/2022	31/12/2021
(6.928)	(16.163)

**COMPARATIVO DO RESULTADO OPERACIONAL**



Valores em Milhares de Reais		
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	66.065	67.565
Despesas	(65.691)	(70.947)

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ**

**CNPJ nº 55.141.725/0001-91**

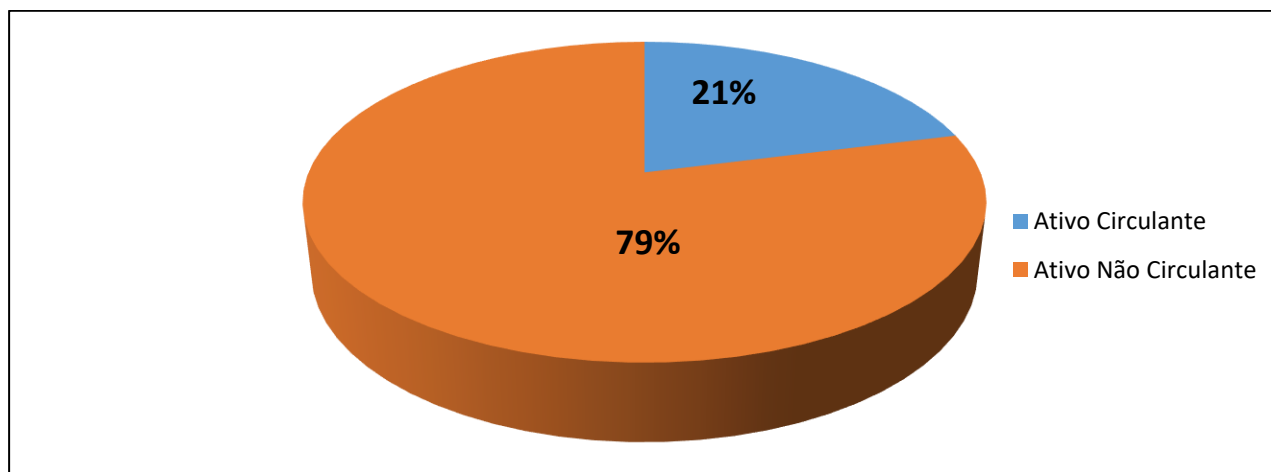
**ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**Período Base: 31/12/2022**

**Comparativo: 31/12/2021**

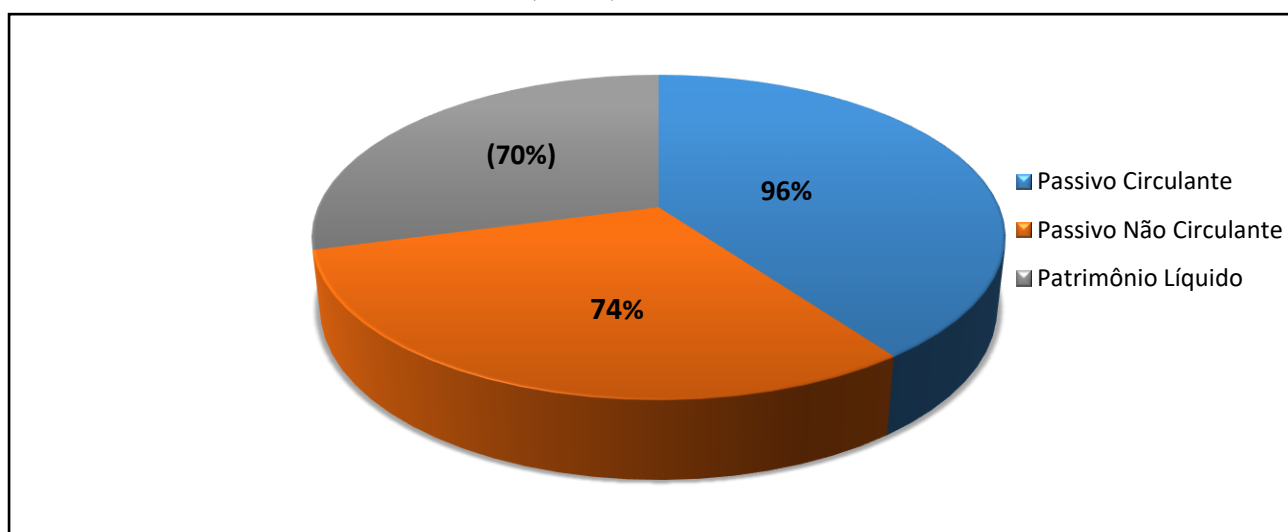
**PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO ATIVO (%)**

Total do Ativo em Milhares de Reais (100%) = **9.845**



**PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO PASSIVO (%)**

Total do Passivo em Milhares de Reais (100%) = **9.845**





## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1 - Da instituição

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, conta atualmente com 73 leitos ativos, através dos quais presta relevantes serviços de assistência a população do município e região. Ressalte-se que é o único hospital do município, gozando de grande conceito junto a sociedade em função da qualidade dos serviços prestados.

No ano de 2022, destinou a maior parte de sua capacidade operativa, cerca de 79,51% aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

O hospital realizou 121.564 atendimentos (pacientes/dia), sendo 96.653 destinados ao SUS, o que demonstra a superação do que foi pactuado no contrato com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz.

<b>Atendimentos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Varição</b>
Internação	2.475	2.436	1,58%
Pronto Socorro	94.178	74.444	26,51%
Convenios/Particular	24.911	17.063	45,99%
<b>Total</b>	<b>121.564</b>	<b>93.943</b>	<b>29,40%</b>

Houve um aumento significativo no número de atendimentos motivados pelo fim da pandemia do Covid-19, onde atendimentos e procedimentos eletivos foram cancelados, e retomados neste exercício de 2022.

As verbas repassadas pelo SUS e pelos repasses da Subvenção Municipal no exercício de 2022 foram praticamente as mesmas do exercício de 2021, que totalizaram aproximadamente R\$ 56.000mil, foram suficientes para cobrir os custos hospitalares no valor aproximado de R\$ 53.400mil, sem levar em conta os custos administrativos e financeiros da ordem de R\$ 2.900mil. Também importante registrar, que houve redução do número de funcionários em 2022 ( de 508 para 496), ou seja, há uma preocupação em não onerar este item, embora a demanda por serviços tenha aumentado como decorrência natural e direta do crescimento populacional, além da migração dos Planos de Saúde particulares para o SUS, fenômeno cuja origem pode ser atribuída à crise econômica, política e social que o país sofre desde 2014.



---

Os pontos cruciais da administração, folha de pagamento e aquisição de materiais, medicamentos e serviços estiveram, sob a ótica econômica e orçamentária, controlados, eliminando a hipótese de serem os sabotadores por resultado melhor. No entanto, a entidade se viu obrigada ao final do exercício de 2021 recorrer a empréstimo bancário para poder honrar compromissos com fornecedores e funcionários, aumentando sua dívida de longo prazo. Mensalmente, desde o início de 2022, paga-se entre amortização e juros um valor aproximado de R\$ 222mil/ano. A entidade viu-se ainda obrigada a efetivar parcelamentos de obrigações fiscais e tributárias, cuja amortização anual foi de R\$ 1.200mil.

## **2 – Cenário 2022**

O resultado do ano esteve aquém de nossas expectativas, mas ainda assim é visto como razoável ante todas as dificuldades inerentes à Saúde, principalmente comparado ao quadro geral do país. O desempenho daquilo que dependeu da administração, esteve rigorosamente sob controle, ou seja, deu-se continuidade aos seguintes pontos, em consonância ao estabelecido como estratégia de recuperação. A redução do estoque estratégico de materiais e medicamentos; o alongamento dos prazos de pagamentos; renegociação de valores e serviços com as operadoras de serviço de saúde (convênios); redução do quadro de funcionários

Não obstante a todas as dificuldades econômicas, sociais e políticas a Irmandade da Santa Casa de Porto Feliz vem mantendo serviços de excelência a população da cidade em todos os seus setores de operação.

**A**

## **ADMINISTRAÇÃO**